

EXMO. SR. CONSELHEIRO CLÁUDIO TERRÃO DA 2ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

Referência: INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Processo nº 1071536

Procedência: Prefeitura Municipal de Guiricema

URGENTE

MARCOS ANTÔNIO RIBEIRO FERRAZ E RENATA DE ALMEIDA TOLEDO BARBIERI, na condição de ex-secretários municipais de Saúde da Prefeitura Municipal de Guiricema – exercício de 2017 -, já devidamente qualificados nos autos do processo em referência, vêm à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seu procurador (procuração em anexo) para requerer a juntada da documentação em anexo, obtida através de requerimento protocolado junto à administração Municipal, na forma abaixo:

Após a manifestação das partes a diretoria de controle externo através da 1ª coordenadoria de fiscalização dos municípios emitiu relatório final sobre a autoria realizada no Município de Guiricema, concluindo que os ex-secretários municipais de saúde, aqui representados, teriam adquirido medicamentos no ano de 2017 sem a correta formalização do processo de dispensa e ou realização de certame licitatório.



Em que pese os ex-secretários já terem demonstrado na manifestação preliminar o caos que receberam a farmácia da prefeitura quando da transição de governo, juntando documentos probatórios do alegado, inclusive sindicância administrativa instaurada contra o responsável havendo, assim, prova irrefutável que não havia estoque mínimo, contrato administrativo vigente para aquisição de medicamentos, farmacêutico responsável (o ex-prefeito deferiu férias prêmio ao titular no final da gestão), cadastro atualizado de usuários (o sistema estava desinstalado) e controle de distribuição, o que impedia o atendimento à população e realização de procedimento licitatório logo no início da gestão por falta de dados e informações para se elaborar o termo de referência para as compras, os técnicos deste Tribunal entenderam que as compras diretas realizadas no início da nova gestão (2017/2020) careceram do decreto expedido pelo Prefeito para justificar o seu caráter emergencial.

Nada obstante, após o referido relatório conclusivo, os ex-secretários solicitaram à Prefeitura Municipal a relação de todos os processos de compra de medicamentos questionados e mencionados, tendo sido formalizada a resposta em anexo, subscrita pela atual Secretária Municipal de Finanças e Administração e pelo Procurador Jurídico da área administrativa.

Do referido relatório se extrai que o PRC 0002/17 foi instaurado para aquisição de **suplementos alimentares para pacientes em tratamento de câncer**, tendo sido adquiridas 40 unidades de *isosource soya fiber*, nos termos da mencionada nota de empenho nº 00066 no valor de **R\$ 2.880,00**. Assim, trata-se de regular processo de compra direta, fundamentado no artigo 24, inciso II da Lei de Licitações, não carecendo da ratificação do artigo 26 da mesma lei.

Já o processo PRC 00056/17, tratou-se de aquisição de medicamentos diversos para abastecer a farmácia básica do município no início da gestão, no valor de **R\$ 7.978,04**, conforme nota de empenho nº 00766. O processo também foi atuado como compra direta, fundamentado no artigo 24, inciso II da Lei de Licitações, dado ao seu valor.



Os demais processos, PRC 0020/2017, Empenho 00198; PRC 0045/2017, Empenho 00633; PRC 00065/2017, Empenho 00838; PRC 00066/2017, Empenho 00839; PRC 00088/2017, Empenho 01092; PRC 00089/2017, Empenho 01093; PRC 00111/2017, Empenho 01343; PRC 00114/2017, Empenho 01366; PRC 00135/2017, Empenho 01599; PRC 00138/2017, Empenho 001786; PRC 00145/2017, Empenho 01798; PRC 00178/2017, Empenho 02026; PRC 00207/2017, Empenho 02308; e PRC 00237/2017, Empenho 02699, **todos foram para atender ordem judiciais**, conforme especificado na resposta do Município **com a menção do paciente, processo judicial correspondente e cópia das sentenças judiciais**.

Assim, esperam os manifestantes que reste justificada cada aquisição questionada pelo órgão técnico deste Tribunal no ano de 2017, sanando a irregularidade apontada no relatório.

Nestes termos.

Pede juntada e espera deferimento.

Belo Horizonte (MG), 07 de junho de 2021.



P/p Davi Leonard Barbieri

OAB/MG 85.384